

SESSÕES DO PLENÁRIO

40ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de maio de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Uziel Bueno, Vando e Zé Neto. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Considerando a presença de 44 Srs. Deputados, invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Fabrício Falcão, comunicando sua ausência da sessão no dia 30/04/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Sidelvan Nóbrega, comunicando sua ausência da sessão no dia 11/04/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Herbert Barbosa, comunicando sua ausência das sessões nos dias 10 e 11/04/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Álvaro Gomes, nobres deputados, Srs. da Imprensa, nobres companheiros servidores. Nesta manhã, está sendo realizado aqui no auditório da Assembleia Legislativa, um evento em comemoração ao Dia da Caatinga. A data foi 28 de abril, mas hoje, fazendo parte de uma série de celebrações por conta dos 30 anos da CAR, - a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, que era vinculada à Secretaria de Planejamento, hoje vinculada à Sedit, e, comemorando seu aniversário, um dos eventos foi, justamente, promover um seminário sobre a convivência com o semiárido e a caatinga.

A caatinga, esse bioma exclusivamente brasileiro, que vem sendo tratado de forma não adequada, merecia ser tratado pela sociedade brasileira, ou seja, pelas universidades, pelas entidades da sociedade civil, pelo próprio Estado representado pelos seus gestores, e os governos que por aqui passaram, e deveriam ter-lhe dado o status merecido, visando preservar esse belo bioma. E a Bahia, que tem 60% do seu território, e 40% da sua população, nessa área, vive e mora convivendo de forma também não adequada com esse bioma.

Sabemos que estamos evoluindo no sentido de ter uma relação harmônica com o meio ambiente e, principalmente, com esse ambiente frágil, como é a caatinga no Brasil, que se estende do Norte de Minas até o Rio Grande do Norte, e a gente trabalha no sentido de ter uma convivência melhor.

Então, nesse seminário foram levantadas várias questões, a questão do Rio Paraguaçu, esse rio eminentemente baiano, que percorre 600 Km do nosso Estado, e que a sua nascente precisa, também, ser transformada em parque, para que a gente possa preservar, inclusive, o abastecimento d'água aqui em Salvador.

Nesse seminário também se discutiu outra questão fundamental, o Riacho Santana, lá em Feira de Santana, que deságua no Jacuípe e que vai para Pedra do Cavalo, com seu esgoto bruto e que precisa ser tratado também.

Se discutiu também, talvez a questão mais importante apresentada pelo gestor do comitê, que foi a questão de transformar a caatinga num patrimônio nacional. Então, tem uma PEC que já está tramitando no Congresso Nacional, a PEC 115/95, que nós vamos trabalhar junto à bancada federal da Bahia para que apoie esse projeto no sentido de que transformemos esse bioma em patrimônio nacional, criando, assim, a possibilidades de obtermos recursos e ter uma ação mais decisiva dos órgãos de pesquisa na produção científica, na produção de tecnologia, no resgate e na restauração desse meio ambiente tão importante para nós.

Esse seminário continua durante a tarde, e nós voltaremos lá para continuar discutindo.

Então, gostaria de parabenizar por essa iniciativa ao Inema, à CAR, à Sedir e aos organismos da sociedade civil que propiciaram, de forma feliz, a oportunidade para uma discussão tão importante para o nosso Estado e para o Nordeste brasileiro.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Peço ao nobre deputado Carlos Geilson que me substitua, para que eu possa fazer uso da palavra, em permuta com o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Em permuta com o deputado Joseildo Ramos, fará uso da palavra o deputado Álvaro Gomes, ele que acabou de voltar da Palestina são e salvo, graças a Deus.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Farei um relato detalhado aqui, utilizando o Grande Expediente e, se possível, mais um horário do PCdoB, por uns 30, 35 minutos, passando todos os informes dessa nossa segunda missão de solidariedade à Palestina.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar aqui e parabenizar todas as taquígrafas pela passagem do seu dia, na semana passada, em 3 de maio, que foi o Dia Nacional da Taquígrafa, e que é uma data muito importante. Essa data foi escolhida pela própria categoria em um congresso realizado em São Paulo, em 1951. Foi o 1º Congresso Brasileiro de Taquigrafia.

Portanto, queria, aqui, parabenizar todas as taquígrafas pelo excelente trabalho que têm feito, muito importante para a memória da Assembleia Legislativa. Parabéns a todas as taquígrafas, não apenas as daqui, da Assembleia Legislativa, pela passagem do seu dia.

Eu queria, também, registrar aqui que no final de semana realizamos diversas atividades na capital e no interior. E uma das atividades se deu na Cidade de Gandu, quando foram inauguradas várias obras, e reinaugurado um posto de saúde importante para a sua população. Também foi colocada a pedra fundamental da Praça do Povo, um espaço de lazer muito importante que será inaugurado no São João com uma festa belíssima.

Queria também registrar que nesse mesmo dia, no sábado passado, foi anunciada a entrega de 2.500 posses, ou seja, a regularização de 2.500 posses de moradores de Gandu cujas residências ainda não estão regularizadas. Por isso, o prefeito Ivo Peixoto resolveu regularizar todas essas posses para que as pessoas possam, efetivamente, ter o seu direito assegurado.

Queria parabenizar o prefeito Ivo Peixoto que tem se destacado como um gestor muito eficiente, popular, respeitado, e tem feito um trabalho extraordinário naquela cidade, em que pese todas as dificuldades, mas são obras diárias, várias realizações que têm melhorado, beneficiado a população.

Gostaria de fazer outro registro importante. No último final de semana foi realizado o 11º Congresso do Sindicato dos Bancários da Bahia que contou com a presença dos delegados eleitos nas agências bancárias da capital e do interior. Foi um congresso de muito debate, muito importante.

Queria parabenizar o presidente Euclides Fernandes e toda diretoria do Sindicato dos Bancários da Bahia.

Quero reafirmar, mais uma vez, que tenho orgulho de pertencer ao Sindicato dos Bancários da Bahia, essa categoria que foi uma verdadeira escola para mim e para muitos bancários. Por essa razão, queria fazer aqui esse registro.

Por último, queria também registrar que, hoje pela manhã, recebemos em nosso gabinete o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia que está em Salvador e terá audiência, hoje, com vários secretários de Estado, provavelmente, audiência amanhã com o governo do Estado reivindicando várias questões importantes para o segmento. Portanto, os indígenas do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia contam com todo nosso apoio. Estaremos juntos na luta para melhorar as suas condições de vida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Uziel Bueno, radialista integrante da bancada do PTN.

O Sr. UZIEL BUENO:- Sr. Presidente Carlos Geilson, V.Ex^a fica muito bem nessa cadeira, muito bem mesmo! Senhores presentes, nobres deputadas e deputados, todos que nos acompanham pela *TV Assembleia*, muito boa-tarde.

Na quinta-feira, eu estava aqui e falei desta tribuna, o deputado Zé Neto, Líder do Governo, estava aqui presente, e eu o chamei de sofista da Assembleia. Por que sofista? Porque dizem que os sofistas foram os primeiros advogados do mundo. Eles pegavam qualquer argumento e o transformava em verdadeiro. E foi isso que o deputado Zé Neto, que coordenou as negociações entre o governo e os servidores, fez, tentou fazer e colheu alguns frutos, entre eles a proposta que eu acho simplesmente mais um soco na cara do servidor que é retroagir a 2% de aumento agora e, a partir do dia 1º de julho, 3,9%. Aí, sim, os servidores irão ganhar a inflação. Desde o dia 1º de janeiro era para ter vindo essa proposta para a Assembleia Legislativa para, pelo menos, os servidores terem a inflação devida nos seus salários. Retroagiu de 2,5% para 2% e, a partir do dia 1º de julho, como eles colocaram na imprensa, passarão a ganhar 3,8, 3,9% , aí, sim, 5,8, 5,9% de inflação que já é devida.

E aí o deputado Zé Neto, Líder do Governo, o sofista da Assembleia, dá os parabéns ao governador por ter sentado à mesa com os servidores. Ora bolas, sentar em mesa de negociação e ser parabenizado por isso, não, pelo amor de Deus, não. Isso é obrigação. Até porque, se não sentasse, poderia ter acontecido o que aconteceu com a polícia militar, com os professores. Quero lembrar ao governo, ao deputado Zé Neto e a todos os outros deputados que acompanham que os policiais militares e professores são servidores.

Enfim, no meio de tudo isso, agora mesmo, está tendo uma assembleia dos

policiais civis definindo se vão continuar com a paralisação de 24 horas, se vão fazer uma outra paralisação de 24 horas na sexta-feira, inclusive não só pedindo reajuste salarial, mas pedindo também que seja dada o mínimo de estrutura para que eles trabalhem. Inclusive transporte gratuito nos ônibus de Salvador. Imagine, o empregador não dá o direito do seu empregado, deputado Rosenberg, andar de ônibus na cidade. E é isso que os policiais civis também querem. É mais um pedido que eles fazem ao governo, que pelo amor de Deus os socorra.

Sem falar nos policiais militares que também não aguentam mais o salário baixo, tanta falta de estrutura, deputado Carlos Geilson, que não só acontece aqui em Salvador, região metropolitana, como em Feira de Santana também. Hoje, às 11:30 da manhã, em Mundo Novo, dois bancos foram explodidos, carros sendo incendiados, tiros para o alto, e a cidade em pânico. Essa é a realidade na Bahia.

Por isso, deputada Luiza Maia, lá, em Camaçari, os servidores pedem um aumento que seja digno pelo menos. Não é um favor que o governo está fazendo, ou algo magnífico que está sendo dado, pelo contrário, é mais um soco na cara. E me espanta que os sindicalistas não estejam aqui ocupando mais uma vez essas galerias, deveriam estar aqui bradando e gritando, porque as melhorias não foram dadas. E, sim, mais um sofista que vem aqui falar ou tentar enganar os servidores públicos deste Estado.

Muito obrigado, deputado Carlos Geilson, V.Ex^a fica muito bem nessa cadeira.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado.

Agora, ouviremos a palavra, por até 5 minutos, da nobre deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero registrar aqui com muita satisfação a presença da vereadora de Jussara, vereadora Maraísa, é um nome bonito e difícil, mas é uma grande vereadora, e suas amigas, a comerciante Vanessa, a estudante de fisioterapia Raíra e a nossa eterna enfermeira, servidora do Estado, Vilma. É um prazer recebê-las aqui, sejam bem vindas a esta Casa, apareçam sempre que estiverem aqui em Salvador.

Mas, Sr. Presidente, primeiro, respondendo ao que o deputado Uziel falou aqui, acordo é acordo, deputado. Os servidores não estão aqui, porque ouviram as justificativas. Quero também parabenizar o governador, porque não é qualquer governador que anda sentando com o servidor público, sabemos disso. Na hora que as cartas são postas na mesa, que se mostra a transparência e a realidade, professor é uma categoria sensível, consciente e capacitada, entenderam e aceitaram o acordo. Sou defensora do diálogo. Se tivéssemos feito isso no ano passado, talvez tivéssemos evitado aquela greve. Foi a minha chateação, o meu debate aqui, dizendo que nós precisávamos esgotar o diálogo e, não, aprovar requerimento de urgência atropelado e aquelas coisas todas, aquele estresse todo que vivemos depois daqueles cento e poucos dias.

Mas, Sr. Presidente, quero parabenizar também a promotora Rita Tourinho e Patrícia Medrado pela suspensão do programa Alfa e Beto que tem conteúdo - todo

mundo conhece, isso já foi debatido na Bahia - racista, sexista, homofóbico. O tempo todo falamos aqui que precisávamos ouvir a categoria, que não aceitávamos, que era uma proposta, um programa conservador. Precisamos avançar na educação libertadora e conscientizadora e não retroagir no contrato. Inclusive, deputado Carlos Geilson, o senhor que gosta muito de falar do meu partido, esse também é um ato do seu Secretário, porque o que corre à boca pequena é que o contrato sem licitação de 12 milhões, estão dizendo que foi para pagar a candidatura do irmão dele lá em Camaçari. Vamos investigar para saber se é verdade.

Quero dizer que está de parabéns a categoria da APLB, os sindicatos estão comemorando também, e espero que realmente a Secretaria municipal de educação do município de Salvador reveja e dê continuidade aos programas e aos projetos avançados do nosso governo.

Quero também parabenizar as taquigrafas pelo seu dia. Vou pedir licença aqui para ler um poema de Jorge Portugal, que achei muito bonito em homenagem a todas. Quero dar como lido esse artigo escrito também por ele, mas o poema é rapidinho e pequenininho. Ele diz que “ teus dedos ágeis têm asas, tua profissão divina, taquigrafando as mensagens que a voz de Deus nos ensina.” Então, parabéns a todas. É uma profissão que tenho a maior admiração pela competência delas e pelo que fazem aqui, pela rapidez e tudo mais.

Sr. Presidente, ainda tenho 1 minuto e 30 segundos, quero falar sobre a questão de Monte Santo. E voltar a pedir ao nosso líder que agilize a instalação da CPI do tráfico de pessoas. Ontem, assisti à matéria no *Fantástico*, sabemos da realidade daquela mãe e ali é apenas uma pontinha do iceberg. Está comprovada a existência da quadrilha, ouvi a fala do ex-juiz da comarca, que estão tentando dizer que o homem é maluco porque teve coragem de rever aquela situação, aquela sentença, e retornar os filhos àquela mãe que tem 26 anos, e que não podia ter aceito que seus filhos fossem tirados daquela forma estúpida e grosseira como foi feito com um monte de irregularidades. Inclusive, por agentes da justiça, e aquele processo ali todo mundo sabe que não foi correto.

No dia 16 de maio teremos uma audiência pública em Monte Santo, e quero voltar a pedir aqui ao líder e a presidente, que está representando o nosso presidente Marcelo Nilo, que nos ajude a instalar essa CPI. Temos que desbaratar a quadrilha de tráfico de pessoas que está plantada na Bahia e que deixa o nosso Estado numa posição muito ruim em relação ao fornecimento de matérias primas para o tráfico de pessoas. Imaginem, em pleno século XXI, vendendo-se pessoas, vendendo gente, mulheres e principalmente crianças. Vendem para doação irregular e para exploração sexual, principalmente fora do nosso Estado.

Então, está feito o apelo aqui, infelizmente não tenho mais tempo; se tiver, voltarei a falar mais tarde.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre deputado

Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, a deputada Luiza Maia às vezes beira a raia da irresponsabilidade. Ela chega aqui para dizer que a aquisição do material, dos livros Alfa e Beta foi para pagar dívidas de campanha do candidato do PTN, em Camaçari. Tinha o contrato de 12 milhões sem licitação para pagar dívidas. Olha o que ela disse: “Estão dizendo.” Como V.Ex^a chega aqui com “estão dizendo”? Quem está dizendo? V.Ex^a está assumindo a denúncia. O Luiz Caetano já está sendo processado e que a senhora não seja uma sêmola passiva nesse caso. Com a presença aqui do nosso dom Quixote, de Feira de Santana, o deputado Zé Neto, fico pasmo e boquiaberto com essa negociação dos sindicatos com o governador Jaques Wagner.

Meus caros jornalistas, o governo tinha oferecido 2,5% retroativo a janeiro. Eis que nessa negociação aceitaram 2%, abriram mão de pelo menos meio por cento. O governo tem dinheiro, dom Quixote, por favor fique calmo, o governo tem dinheiro. Concordo com o Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia quando diz que “a proposta foi aceita por 18 dos 19 sindicatos ligados ao PT e ao PCdoB que participaram da negociação, da qual o IAF não fez parte.” E o instituto diz que se instalou um verdadeiro peleguismo: (Lê) *“É inconcebível que representantes de categorias de servidores sentem em uma mesa de negociação e possam concordar com uma proposta como a oferecida pela equipe do governo, durante os 6 primeiros meses do ano o reajuste será menor do que o oferecido inicialmente.”*

O governo sempre teve dinheiro! Na terça-feira tentou goela abaixo, em regime de urgência, aprovar os 2,5%. E aí é bem lembrado pelo Sr. Augusto Ferrari, do IAF, que não procede a informação de que em 2012 o Estado acumulou perdas, porque o próprio governo declarou em balanço daquele ano um *superávit* de 1,6 bilhão, enquanto o salário dos servidores era corroído pela inflação.

Eram para passar em janeiro os 5,84 correspondentes à inflação do período anterior, mas só no segundo semestre deste ano é que vai ser estabelecido esse índice. E no fim de 2013, meu caro deputado Rosemberg, a inflação - que está a galope, e o governo já perdeu o controle - vai estar em 6%, 7% ou 8%, enquanto o salário do servidor estará totalmente corroído.

O próximo a falar é o deputado Gaban, que está inscrito.

Os sindicatos fazem uma negociação de interesses, dos interesses daqueles que provavelmente estão nas folhas de pagamento do governo e não estão defendendo os seus associados, os seus liderados. De 19 sindicatos, 18 aceitaram a proposta do governo com reajuste ainda menor do que o oferecido pelo próprio governo! Pelo amor de Deus, é realmente algo que nos chama a atenção!

Os servidores devem ver quem são seus representantes, todos eles ligados ao Partido dos Trabalhadores e ao Partido Comunista do Brasil. Em vez de defender os seus liderados, estão defendendo o seu próprio umbigo, a sua própria condição de sindicalistas!

Lamentavelmente esse acordo é nocivo e draconiano aos servidores estaduais. Precisamos ouvi-los. Se eles estão contentes e se são consoantes com esse acordo perverso, eu vou votar a favor. Mas não é isso que ouço nas ruas. O que ouço é

protestando contra esse aumento. Vou aguardar a orientação da nossa Bancada da Oposição. Porém, se são eles que defendem e os servidores concordam, cabe a nós fazer o quê?!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, subo a esta tribuna para fazer uma das mais justas homenagens que o Poder Legislativo pode fazer para aquelas que estão aqui diuturnamente trabalhando, acompanhando-nos, responsáveis por tudo que acontece nesta Casa em termos de registro.

(Lê) “Comemora-se no dia 3 de maio o Dia Nacional do Taquígrafo. Esta data foi escolhida pela classe, reunida soberanamente em congresso - o 1º Congresso Brasileiro de Taquigrafia, realizado em 1951, em São Paulo, e promovido pelo Centro dos Taquígrafos de São Paulo - para comemorar o Dia do Taquígrafo, iniciativa do gaúcho Adoar Abech.

A data foi escolhida porque foi exatamente no dia 3 de maio de 1823 (há 190 anos portanto) que foi instituída oficialmente a taquigrafia parlamentar no Brasil, para funcionar na primeira Assembleia Constituinte.

A introdução da taquigrafia no parlamento brasileiro deve-se a José Bonifácio de Andrada e Silva. Homem de ciência, estadista, escritor, orador parlamentar, poeta, e considerado o mais culto dos brasileiros do seu tempo, José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patriarca da Independência" (assim intitulado por ter exercido papel preponderante junto a Dom Pedro I na preparação da independência do Brasil), ao ver a grande utilidade da taquigrafia nos parlamentos de outros países, lutou pela implantação de um corpo de taquígrafos no parlamento brasileiro.

Assim se expressou José Bonifácio na sessão da Constituinte, de 22 de maio:

"Eu quero somente fazer uma explicação para ilustrar a matéria. Logo que se convocou esta Assembleia viu Sua Majestade a necessidade de haver taquígrafos; eu fui encarregado, diz ele, de dar as precisas providências. Um oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros se incumbiu de abrir uma aula de taquigrafia; e alunos matriculados trabalharam nessa aula. Para que fossem mais assíduos Sua Majestade lhes mandou dar uma diária de duas patacas, obrigando-se eles a aprender esta arte de que deviam fazer uso em serviço da mesma Assembleia. Eis aqui o que tenho que dizer para que sirva de regulamento na deliberação."

Foi árduo o trabalho dos primeiros taquígrafos. As condições em que trabalhavam eram adversas. Era reduzido o número desses profissionais (oito); escrevia-se com pena de pato (material não-apropriado para apanhamentos taquigráficos em altas velocidades); não contavam com sistema de som como hoje em dia; faziam a tradução dos apanhamentos taquigráficos a mão, já que não dispunham de máquinas de escrever; ficavam situados a grande distância dos oradores, pois, por causa de um preconceito da época, era vedada a entrada de

taquígrafos no interior do recinto (o recinto era exclusivamente reservado para os senhores constituintes).

Conforme muito bem expressou Antônio Pereira Pinto, em 1873, no "Memorial" em que narra a história dos Anais da Assembleia Constituinte de 1823, "sem a Taquigrafia, estaria irremediavelmente perdido o rico manancial de estudo e de elementos históricos."

Desta forma, gostaria que todas as taquigrafas que trabalham arduamente, dia e noite nos acompanhando, nas noitadas, que tanto lutam e são responsáveis pela memória desta Casa, recebessem em meu nome e em nome dos 63 parlamentares, aos quais represento, esta justa homenagem.

Parabéns! Que Deus sempre as proteja, e as ajude nessa árdua tarefa.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr^a Presidente, Maria Luiza Laudano, Sr^{as} e Srs Deputados, imprensa, visitantes das Galerias Paulo Jackson, quero aproveitar este momento para dizer que fizemos uma grande caminhada este final de semana. Estávamos lá eu e a deputada Maria del Carmen na XXVI caminhada dos Trabalhadores Rurais na cidade de Ubaíra com a participação dos diversos municípios do Vale do Jiquiriçá. O objetivo do evento foi comemorar as conquistas e refletir sobre as necessidades que ainda existem. Os trabalhadores do campo precisam produzir e receber uma renda digna para garantir a subsistência dos seus familiares.

Deputado Bruno Reis, ontem, acessei ao *twitter* na tentativa de dialogarmos a respeito do reajuste dos servidores. Sinto até a falta de V.Ex^a para falar sobre este assunto aqui. Os servidores do Estado da Bahia não estão aqui presentes, deputado Carlos Geilson, porque, certamente, estão satisfeitos com o processo de negociação do reajuste salarial que votaremos nesta Casa.

Logicamente, o vereador Prisco deve mudar a sua assembleia para a Câmara de Vereadores e não mais será na Assembleia Legislativa. Não se trata de uma reivindicação dos trabalhadores, mas, sim, de um movimento político, com objetivo de desconstituir a negociação que aconteceu entre os representantes dos servidores e o governo da Bahia. É natural que ele tente descaracterizar a negociação – em vão e sem ressonância – junto aos servidores militares.

A partir da demonstração que o governador Jaques Wagner fez sobre as condições reais do Estado baiano, chegou-se a um consenso. E os trabalhadores entenderam que se chegaria ao final do ano com o reajuste da inflação. A maioria dos estados brasileiros não conseguiu garantir o reajuste sequer nos níveis da inflação.

O deputado Leur falou sobre a necessidade de se convocar o gerente da Petrobras para discutirmos a respeito da instalação do terminal de regaseificação na Baía de Todos os Santos, em frente à ilha dos Frades. Este tema já está na ordem do dia, deputado Gaban. E eu mesmo solicitei a Petrobras que um representante viesse aqui dirimir as dúvidas existentes, embora não seja algo que cause algum tipo de

impacto ambiental para a Baía de Todos os Santos. Espero que, até amanhã, já tenhamos uma posição da Petrobras.

Digo, deputada Maria del Carmem, mais uma vez, que os movimentos sociais são importantes e as manifestações pacíficas como aconteceu a dos trabalhadores rurais, que necessitamos refletir sobre a garantia da subsistência familiar. O ex-presidente Lula, a presidente Dilma e o governador Jaques Wagner desenvolveram programas sociais que melhoram a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Mas há, ainda, muito o que fazer.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, quero mandar um abraço afetuoso para as nossas queridas taquígrafas. Permitam-me saudá-las pelo dia e recebam o abraço sincero, a solidariedade pelo tipo e qualidade do trabalho que vocês praticam entre nós. Obrigado!

Gostaria de me manifestar acerca do contentamento que tenho a partir das questões que ouço, oriundas de parte da Oposição nesta Casa. Que bom que o governador do Estado da Bahia tem obrigação de negociar diretamente com os funcionários públicos. Nos parece que esta obrigação só foi inaugurada na Bahia a partir de Wagner, portanto, é uma atitude correta da Oposição reconhecer que o governo do Estado cumpre com suas obrigações, e a negociação deve ser a pedra de toque que tem caracterizado o trabalho que Wagner faz com tanto esmero no Estado da Bahia.

De vez em quando, ouvimos algo sobre a situação de Pernambuco. O presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, deputado Guilherme Uchôa, foi vaiado pelos funcionários públicos pernambucanos ante a falta de perspectiva de aumentos, de reposição, de dificuldades, principalmente no Estado que está com a dívida primária - ou seja, sem considerar os juros - na casa de um bilhão de reais, sendo o resultado pior, o maior *deficit* dentre todos os Estados brasileiros, comprovando a dificuldade macroeconômica por que passam os demais Estados da Federação.

Também quero aproveitar esta tribuna para dizer do inusitado que está ocorrendo, deputada Maria del Carmen, no nosso município de Alagoinhas. O prefeito municipal daquela cidade sancionou uma lei no dia 27 de dezembro, deputado Rosemberg Pinto, quando em uma sessão se votou, através do princípio de anterioridade, matérias de fundo tributário, dentre outras, definindo taxas, contribuições e impostos. A sessão, que era solene, foi transformada em sessão ordinária e terminou às 10 horas da noite. Provavelmente o prefeito estava no seu gabinete esperando a mensagem da Câmara para sancionar no mesmo dia e publicar, posteriormente, no Diário Oficial. Só que a mensagem da Casa Legislativa de Alagoinhas apenas foi protocolada na Prefeitura Municipal no dia 07 de janeiro de

2013.

É, portanto, uma ocorrência grave, que significa improbidade administrativa, e uma Ação Civil Pública já foi movida nesse sentido pelos vereadores do Partido dos Trabalhadores, tendo em conta essa grave fraude perpetrada em desrespeito a um dos poderes que tem independência, e isso está deixando um nível muito grande de intranquilidade dentro da sociedade de Alagoinhas. Nunca tive notícia de que esse expediente tenha sido utilizado por qualquer gestor, pelo menos na história política recente daquele município tão importante.

Gostaria de deixar registrada essa nossa posição, para que essa Casa tome conhecimento desses fatos, como um grave precedente, que pode trazer prejuízos para a ordem política de um município tão importante como o município de Alagoinhas.

Muito obrigado pela sua tolerância, senhora querida presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Havendo acordo entre as Lideranças para ampliação do Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Maria Luiza, não sei se V. Ex^a tem tempo de assistir novela, no Estado da Bahia, com as suas atividades, mas a senhora tem assistido, aqui, à novela mexicana do aumento dos servidores públicos, e eu creio que pela primeira vez na história da Bahia nós tenhamos o sindicatos trabalhando... Ao invés de trabalharem na defesa dos seus filiados, dos sindicalizados, nós assistimos nos jornais, nos blogs e na televisão aos presidentes de sindicatos parabenizarem o governador pela conquista de um aumento de aproximadamente 3,9 %. É realmente uma coisa de deixar a imprensa da Bahia, a imprensa nacional atordoada. Que situação ambígua vive o Estado da Bahia? Eu creio que os servidores, aqueles servidores que não participam dos sindicatos, estão a nos atocaiar a todo tempo. O que é que está acontecendo na Assembleia Legislativa, no governo do Estado e nos sindicatos que representam as categorias dos servidores públicos?

Notem os senhores que o governo alega não ter recursos, mas a gente lê nos jornais de hoje o governo anunciar que, a partir de 1º de janeiro de 2014, dará início as obras da Ponte Salvador-Itaparica. Como pode um governo não ter condições financeiras de arcar com as suas obrigações e, ao mesmo tempo, anunciar o início de uma obra orçada em R\$ 7 bilhões, anunciar novamente obras de passarelas e novas vias na capital e anunciar novos viadutos? Ninguém sabe se vai ocorrer, mas, de qualquer sorte, é um anúncio do governo. Os jornais, hoje, noticiam em primeira e terceira páginas que a obra da Ponte Salvador-Itaparica será iniciada em 1º de janeiro de 2014.

Agora, notem os senhores, o governo não vai precisar economizar. Eu mandei fazer um levantamento. O governador, deputado Uziel Bueno, todos os dias sobe e desce, aqui, de Ondina para o Centro Administrativo e para outras regiões da Capital.

Eu mandei cotar, deputado Uziel Bueno, e descobri que uma hora de helicóptero custa, hoje, na Bahia R\$ 6.000,00. Uma hora de helicóptero custa R\$ 6.000,00! O servidor que recebe R\$ 678,00 vai ter o aumento de R\$ 19,00 por mês, o que significa R\$ 228,00 ao ano. Se o governo, realmente, estivesse em situação financeira difícil, o governador cortaria o helicóptero e teríamos um aumento para 315 servidores que percebem, hoje, um salário mínimo e ficarão com os seus salários defasados, após a aprovação desse projeto de lei. Eles vão ter de ficar aguardando, aqui, um novo projeto, segundo a mensagem que foi primeiramente enviada a esta Casa.

É um quadro que o governador não resplandece ao servidor público e à classe política da Bahia a realidade do que está acontecendo com o governo do Estado! Será que essa Ponte Salvador-Itaparica pertence a mesma situação financeira? Segundo o Dr. Pititinga, as finanças do governo estão redondas, enquanto isso as empresas estão aí com falência decretada. O Estado deve 20, 40, 50, 60 milhões de reais a diversas empresas só na Conder! Só na Conder! E o secretário se negou a abrir o site Contas a Pagar daquela empresa.

Na verdade, esse aumento é um grande cavalo de troia que tenta esconder uma situação que o governo insiste em não revelar aos baianos e a este Parlamento, tentando esconder o que verdadeiramente ocorre no Estado da Bahia.

É um contrassenso. Em cada discurso, em cada anúncio do governador há uma contradição em relação ao que diz o secretário da Fazenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Último orador inscrito, deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

Antes, porém, gostaria de parabenizar as nossas taquigrafas, pessoas que ficam conosco até altas horas da noite interpretando tudo aquilo que falamos na tribuna. E o fazem com muito cuidado e responsabilidade, uma vez que podemos pedir uma cópia dos nossos discursos e elas têm que nos fornecer na íntegra o que falamos.

Portanto, parabéns e muito sucesso na carreira de vocês. É o que desejamos.

Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que nos assistem, queria começar lembrando que este acordo celebrado com os funcionários públicos marca um tempo de muito mais responsabilidade com as contas públicas e com o destino do funcionalismo. Procedemos com os olhos no amanhã e, acima de tudo, com a percepção clara de que não construiremos um Estado forte sem que haja um compartilhamento entre governo e servidores. Agimos com a responsabilidade de termos as contas nas mãos, com transparência, analisando ponto a ponto, caso a caso, inclusive fazendo uma grande radiografia do que temos neste instante na economia nacional, internacional e em outros estados.

Esse foi o exercício que nos levou a esse acordo. E reputo esse entendimento muitíssimo importante não apenas para este instante, mas também para traçar definitivamente a caminhada que deve ser realizada daqui para a frente. A caminhada

do aprendizado com o tempo.

Não vamos dizer aqui outra coisa senão o que aconteceu com o governo, em 2012, com as greves da Polícia Militar e dos professores. Não descansamos um só minuto em busca de termos ainda mais o carinho e afeto pelo diálogo. E isso foi possível agora.

Às vezes, a Oposição diz que o governo está nadando em dinheiro, com folga financeira, num discurso vazio e equivocado. Em outros momentos ela diz que o governo está falido. Ora, a Oposição tem de definir o seu discurso, tem de saber o que pretende projetar e disputar no campo das ideias, para não ficar o tempo todo com esse discurso contraditório, sem ter um rumo a apontar uma saída para os problemas.

Este é o momento da maturidade política, no qual a Oposição e o governo devem ter responsabilidade com o que irão tocar daqui para a frente.

Com certeza, as prefeituras baianas, que hoje têm dificuldades – como as de Salvador e Feira de Santana, municípios governados pelo DEM que fazem oposição clara aqui na Assembleia – agirão no rastro do que fizemos no âmbito estadual, repetindo a nossa atitude, chamando para a mesa de negociação as representações de classe, para que possam, com transparência, conduzir o bom diálogo, o bom entendimento, estando disponíveis, acima de tudo, as contas estaduais.

Esse foi, sem nenhuma dúvida, o momento em que o governo pôde exercitar em sua plenitude tudo o que construímos até agora. Construímos, com enfrentamentos, resistência e responsabilidade, planos de carreira para 92 categorias, leis orgânicas, regimentos internos, e por aí vai. Uma busca incessante de não apenas dar um ganho salarial, mas de também fazer com que várias categorias, antes esquecidas, tivessem o ganho profissional. Posso aqui dar o exemplo dos médicos, que vão chegar ao fim do ano com reajustes da ordem de até 230% de ganho real acima da inflação, através de um plano de carreira que foi uma conquista do Estado e dos trabalhadores, no debate, no diálogo e na discussão da Mesa.

O caso da Polícia Civil, que tinha policiais com até 29 anos sem qualquer ascensão profissional, sem qualquer condição ou possibilidade de ascensão financeira em função dessa situação profissional da carreira. Hoje, temos um plano de carreira, diversas situações foram acordadas, agora em dezembro fizemos um bom acordo com a Polícia Civil, e a média de reajustamento acima da inflação já ultrapassa a casa dos 80%.

Temos uma caminhada longa, Sr^a Presidente, uma caminhada que será ainda muito tortuosa, com curvas e dificuldades, mas é nestes momentos nos cabe exercitar o que o presidente Lula nos ensinou, a presidente Dilma tem caminhado com a mesma determinação, e o governador Wagner demonstrou com sua atitude ativa e extremamente resistente ao tempo, sua atitude de dialogar e levar com clareza as condições do Estado, chegando com os trabalhadores a um consenso que, se não é o ideal, é o possível e é o que nos dá a garantia de que nossas contas estão numa situação que possibilitará continuarmos com os acordos que estão sendo realizados por categoria, buscando, sem nenhuma situação adversa, o caminho da melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores deste Estado. Foi essa a nossa grande

conquista.

Quero, encerrando minha fala, agradecer a confiança da base de governo, a confiança que foi dada a esta Liderança para ajudar a conduzir esse processo de negociação. E dizer à Oposição: está aí um grande momento para que vocês tenham a maturidade devida, entendendo qual é o tamanho da nossa missão como homens públicos neste instante, Sr^a Presidente, em que o Brasil segue seu rumo, enquanto a Europa passa por dificuldade, vê todos os atritos da classe trabalhadora querendo emprego, buscando situações que hoje estão distantes do ideal. Vimos, dia 1º de maio, conflitos na França, Grécia, Espanha, Portugal, em diversos países na Europa. Nós estávamos, aqui no Brasil, no 1º de maio, comemorando a maior inclusão social da vida desta nação, com 30 milhões de brasileiros na classe média, a cada cinco, quatro negros. Estávamos aqui comemorando o menor índice de desemprego da nossa história, e o maior poder aquisitivo do poder aquisitivo do salário mínimo em toda história. Esse é o Brasil que sonhamos e em que estamos a lutar para alcançar, cada dia mais, os seus ideais.

Quero encerrar conclamando a Oposição para que amanhã possamos votar, aqui, a mensagem. Sinto que esse acordo deu a nós todos do Estado, não só ao governo, uma nova direção, uma direção mais assentada ainda, com a capacidade de enxergar melhor o que vem pela frente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Simões:- Pela ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pela ordem, o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputada Maria Luiza, eu não entendi se o deputado Zé Neto estava usando o Pequeno Expediente ou o Grande Expediente? Porque, no meu entender, o tempo Pequeno Expediente é de 5 minutos, e não de 15 minutos.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Houve um acordo de Lideranças para que alguns deputados pudessem...

O Sr. Luciano Simões:- Mas, Sr^a Presidente, como depois que fiz uso da palavra o deputado Zé Neto usou da palavra por 15 minutos, eu gostaria só de esclarecer a esta Casa que, após as colocações do Líder do governo, ficou claro que o governo está saqueando, roubando o dinheiro do servidor público através deste aumento. Se as colocações do deputado Zé Neto forem verdadeiras, é uma apropriação indébita do aumento do servidor público. O governo está garfando os servidores públicos do Estado da Bahia se forem verdadeiras as palavras do Líder do governo, deputado Zé Neto.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Gaban:- Foi uma complacência que teve com o Líder do governo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Desculpe o tempo, mas V.Ex^a sabe que, quando estou na presidência, procuro realmente não ser tão exigente, reconhecendo que os temas são importantes e que houve mesmo um acordo para

aumentar o tempo do Pequeno Expediente. Então procuro sempre aquiescer, dar um a dois minutos a mais, porque é sempre um prazer ouvir quem está na tribuna.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Srª Presidente, exatamente dentro da linha de raciocínio de V.Exª, de que sejamos tolerantes e complacentes da mesma forma que a senhora foi com o Líder do governo, sei que também será agora. E é isso que solicitamos pela relevância do pronunciamento do Líder da Oposição.

Muito obrigado.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Tenha certeza, deputado, que assim o serei.

Com a palavra o deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Srª Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srs. da Imprensa, na semana passada, meu caro deputado Luciano Simões, quando o governo encaminhou a esta Casa proposta de reajuste dos servidores de 2,5%, fui visitado no gabinete das Lideranças da Oposição por uma série de servidores descontentes me pedindo que fizesse um pronunciamento dizendo que devolviam essa esmola, pois não a aceitavam porque nem sequer era o reajuste da inflação.

Disse a eles que não se preocupassem, porque a lógica que move o governador não é a de um governador gestor, preocupado com a população e o servidor, ou de um governador que olha de um lado os compromissos de campanha assumidos com a classe dos servidores e do outro o ponto de vista do gestor. Isso porque, se o governador Wagner fosse um gestor correto, ele olharia o seu Orçamento, a perspectiva e viria depois de 4 meses de estudo com uma proposta de aumento que o Estado pudesse dar ou não, de olho, claro, sempre nos compromissos de campanha.

Mas, quando se manda um percentual para negociar outro, de um lado se demonstra que o que impera é o governador sindicalista que faz política o tempo todo com a Mesa de Negociação e não merece o respeito daqui desta Casa nem da Oposição. Os sindicatos que representam os servidores e sentaram à mesa com o governador para assinar um acordo leviano como este também não merecem o respeito da Oposição. E nós não assinaremos dispensa de formalidades para tramitar esta matéria com a rapidez que sempre assinamos para votar reajuste de servidor porque ela é uma engabelação.

E se propõe 2,5% de aumento para uma inflação de 5,84% para depois o governador reduzir esse percentual para 2.0% em janeiro e depois no mês de julho aumentar! Isso significa o que o deputado Luciano Simões levantou corretamente na imprensa: resulta num reajuste de 3,89%, portanto abaixo da inflação oficial, pois nem sequer houve a reposição dela. Significa igualmente, deputado, que os diretores de sindicatos estão todos vendidos! Não merecem o respeito da Oposição!

Sindicalista que se respeita não vai à mesa do governador para negociar menos do que a reposição salarial, mas sim procura aumento para o servidor! Então, os

servidores do Estado da Bahia que representamos têm que estar de olho nos seus sindicatos, porque aqueles pelegos que sentaram à Mesa de Negociação para...

O Sr. Paulo Azi:- Um aparte, deputado.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- V.Ex^a está inscrito, deputado Paulo Azi.

O problema é que fizemos um acordo. Eu gostaria muito de ouvir o deputado Paulo Azi, mas fizemos um acordo para estender o Pequeno Expediente.

Como o Regimento dispõe que no Pequeno Expediente não se concede aparte, fico na dúvida. Se a presidente permitir, eu terei todo o prazer em ouvi-lo. Mas o acordo foi pela extensão do Pequeno Expediente. Hoje, eles não querem ouvir-nos, presidente.

Repito, hoje fizemos uma reunião. E a disposição da Bancada da Oposição é que não vai matar servidor, não. Este aumento mixuruca de 2%, retroativo a janeiro, ele terá de pagar de qualquer maneira e não vai matar servidor. Mas nós vamos demonstrar que o sindicato é pelego. O sindicato se senta com o governador nessa mesa que ele faz para negociar o ano inteiro antes de enviar o projeto e quando o projeto chega à Casa a negociação com o governador tem de ser lá!

A competência é nossa agora, aqui, na Assembleia Legislativa. E a Oposição não vai concordar com aumento que sequer cobre a inflação oficial de 5,84%, porque se formos para a inflação verdadeira...

A inflação da Embasa, por exemplo, meu caro deputado Paulo Azi. No ano passado o reajuste foi de 13% e neste ano já estão falando em aplicar novo reajuste de 13%. Aliás, esse 13 que o PT gosta na hora de aumento. Não dá 13 para o servidor, mas para aumentar imposto e taxa vem sempre 13%, como na Embasa.

No ano passado, criaram uma série de taxas e imposto para beneficiar o Detran.

Portanto, é de lamentar a forma como os dirigentes sindicais se sentaram com o governador depois de o projeto já estar aqui, na Assembleia. Em vez de trazer a discussão para a Assembleia Legislativa, para buscar defender os interesses dos servidores, o sindicato abandonou os servidores. Mas nós não vamos abandonar.

Esse projeto não vai tramitar aqui com dispensa de formalidades. O governo, se quiser, vai ter que aprovar a urgência para passar pouco tempo discutindo, porque, no período em que estiver em discussão, vamos mostrar aqui...

Costuma-se dizer sempre, deputado Carlos Geilson: “Pense em um absurdo que na Bahia há um precedente!” Sindicato concordar com um aumento que sequer repõe a inflação só na Bahia! Esse precedente se inaugura agora, com o governo do sindicalista Jaques Wagner. Um aumento que sequer repõe a inflação e com a concordância do sindicato, o que é pior!

Esse governo pode propor até não dar nada porque ele quebrou o Estado. Pode dizer que não há recurso, mas tem recurso. Sabe para onde está indo o dinheiro que seria para o aumento do servidor, deputado Luciano Simões? É que o governador pegou o Estado com 20 secretarias e, hoje, existem 31. É secretaria para tudo, como a Secretaria de Relações Internacionais. Para que serve esse negócio? E está lá, desperdiçado, o nosso competente Fernando Schmidt!

Há a Secretaria de Relações Internacionais e a Secretaria de Portos. Fazem o

quê? De 20 passou-se para 31 secretarias. Durante o governo Wagner criaram-se 1.589 cargos em comissão. Havia 8 mil; hoje, são 9.600 cargos em comissão. É dinheiro desperdiçado!

REDA? São 20 mil Redas no Estado! Foram gastos com eles R\$ 200 milhões no ano de 2012!

PST? De R\$ 64 milhões no último ano do governo Paulo Souto, hoje, gasta-se R\$ 356 milhões com PSTs. É por esse ralo que está saindo o dinheiro.

Eu não esqueço, quando olho para V.Ex^a, deputado Luciano Simões – que sempre traz esse assunto –, da corrupção nas ONGs. Ao longo dos últimos 6 anos e meio foi aplicado R\$ 1,4 bilhão nas ONGs; sem falar em ONG que cuida de hospital. Vejam, R\$ 1,4 bilhão para ONG, para desviar dinheiro e financiar campanha política.

Sabe aquela ONG que V.Ex^a denunciou aqui, da tribuna, deputado Luciano Simões – com sua denúncia, o governador mandou suspender o convênio –, recebeu R\$ 2,5 milhões. É uma palhoça, não existe, não tem sede no Subúrbio Ferroviário, mas recebeu R\$ 2,5 milhões! É dinheiro de corrupção!

Assim, como se vai dar aumento para o servidor?

Aumenta de 20 para 31 o número de secretarias estaduais, cria 1.587 cargos em comissão, aumenta o número de Redas, quintuplica o valor gasto com Prestação de Serviços Temporários (PST) e 1,5 bilhão para a corrupção das ONGs. Dessa forma, não há dinheiro para o servidor.

É lamentável o fato de a diretoria do sindicato pelego, que participou da mesa de negociação, vender a imagem através da imprensa que conseguiu um aumento. Como conseguiu aumento, deputado Gaban?

O governador oferece 2,5%. E o sindicato concorda em reduzir para 2% a partir de janeiro, que é a data-base do servidor. E dá 5,84% a partir de julho. Até minha filha que tem 11 anos de idade, já começou a estudar matemática, sabe que o aumento de 5,84% a partir de julho e o outro de 2% a partir de janeiro é necessário tirar a média, que dá 3,95%. Portanto, abaixo da inflação.

Mas a Bahia saberá, porque vamos denunciar. O governador é irresponsável, não tem compromisso com o caixa do Estado de um lado. E do outro lado, o sindicato pelego. O governador mandou 2,5% de reajuste, combinado com o sindicato, para fazer um teatro na governadoria: concedo 2%, depois, 5,4%. E o sindicato vai para os jornais dizer que conquistou.

Grande conquista desse sindicato pelego!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr^a Presidenta é um prazer tê-la na presidência da sessão, Srs. Deputados e Sr^a Deputada Kelly Magalhães, inicialmente, associe-me às palavras do deputado Gaban em homenagem ao Dia Nacional do Taquígrafo. Parabênz as taquígrafas que nos acompanham todos os dias. Elas

sofrem e se alegram, juntamente com este Parlamento, porque estão todos os dias conosco.

Hoje, pela manhã, realizou-se a sessão especial em homenagem aos 170 anos do Conselho Estadual de Educação da Bahia, requerida pelo nosso mandato. A entidade foi criada na época do império. Ela é um modelo pela sua ação e atuação em prol da educação do Brasil e, em especial, da Bahia.

O Conselho Estadual de Educação é constituído por 24 membros que são representantes dos diversos segmentos da sociedade e de diversos órgãos do Estado. E figuras importantes, como Rui Barbosa, já fizeram parte desse Conselho, o qual continua debatendo os destinos da educação e os caminhos que percorreremos nesse momento atual de desenvolvimento da própria humanidade. A educação precisa avançar à proporção que a tecnologia avança.

Na sessão especial, falou-se sobre a necessidade de ampliar os investimentos da educação para que possamos ser de fato um País soberano. É importante que seja aprovada a proposta da presidente Dilma sobre a ampliação dos recursos do Pré-Sal à educação no Congresso Nacional, conforme o seu pronunciamento em rede nacional sobre o Dia 1º de Maio.

Mas quero também colocar, Srª Presidente, já que o debate nesta tarde está direcionado ao aumento dos servidores estaduais, e eu, que durante toda minha vida fui servidora do Estado, como o deputado Luciano Simões, que também já foi servidor – eu não sei se ainda é ou se já está aposentado – fico observando aqui...

Primeiro, quero parabenizar o governador Jaques Wagner e os sindicatos, porque tiveram a visão de, juntos, sentados, buscar os caminhos, demonstrando, inclusive, a responsabilidade e o compromisso de toda a categoria dos servidores públicos com relação às necessidades e dificuldades que enfrentam, não só o Estado da Bahia mas toda a economia mundial. São crises e mais crises. A Espanha, com quem tenho contato mais direto, já tem hoje mais de 26% de desemprego – a juventude ultrapassa os 50% de desempregados. São mais de 500 mil europeus que já emigraram, considerado o maior momento de emigração neste século moderno, no sentido de buscar trabalho e emprego em outros locais. Isso faz com que encaremos a responsabilidade do governo do Estado com os servidores, na busca de um valor que seja possível de conceder dentro das finanças do Estado.

Queria referir-me, Srª Presidente, já concluindo nosso pronunciamento, que, sendo servidora pública durante tantos anos no Estado e tendo gerido diversos órgãos do Estado ao longo da minha vida profissional, eu diria que chega a ser surpreendente os discursos e as falas colocadas nesta tribuna hoje pela tarde. Porque nós que fomos servidores sabemos como fomos tratados ao longo da história mais recente da Bahia. Como era dado o aumento para os servidores? De que forma eram tratados os servidores do Estado da Bahia? Quando entrei na Conder, e não tem tanto tempo, no início do governo Jaques Wagner, havia engenheiro ganhando R\$ 800,00 por mês. Oitocentos reais! Há uma lei que estabelece salário mínimo profissional, deputado Marcelino Galo. E o salário mínimo profissional para seis horas é de seis salários mínimos e meio e para oito horas é de oito salários mínimos. O que demonstra muito

claramente, deputada Kelly, que isso nunca foi obedecido ao longo da história. Não conseguimos chegar ainda no salário mínimo profissional, mas os aumentos são significativos, considerando o que ganhava anteriormente a categoria. No governo Jaques Wagner, diversas categorias passaram por nova reestruturação nas carreiras, ampliando benefícios efetivos e os salários reais.

Portanto, Sr^a Presidenta, eu queria dizer aqui nesta tarde, colocando o meu depoimento pessoal, que creio que o servidor, seus sindicatos demonstraram maturidade quando, sentados à mesa com o governador, conseguiram encontrar uma proposta que atendesse não as expectativas, porque, com certeza, as expectativas de todos os servidores e de todos nós trabalhadores é sempre no sentido de que possamos galgar um patamar melhor para oferecer melhor conforto, melhores condições à nossa família. Foi acordada aquela que é possível, neste momento, que o Estado possa fazer frente dentro das responsabilidades que a Lei de Responsabilidade Fiscal, com as diversas ações que o Estado tem que oferecer e cumprir com a sociedade.

Portanto, quero parabenizar essa maturidade e dizer que esse é o governo que realmente tem uma preocupação diferenciada com a população e com o servidor, o que está demonstrado muito claramente nesse acordo realizado. Infelizmente, nossos deputados de Oposição, que fazem o seu papel nesta Casa e tem que fazer e o fazem muito bem, nós já o fizemos quando fomos oposição nesta Casa, ficaram sem discurso sobre esse tema.

Portanto, quanto mais for adiado esse debate e essa discussão, isso não vai nos prejudicar, mas aos servidores. Ela será a tentativa de alongar mais a base, com certeza, do governo aqui na Casa fará com que, rapidamente, esse projeto seja aprovado por todos nós.

Obrigada, Sr^a Presidenta, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a Kelly Magalhães:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem da deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendida.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Minha cara presidente, poderia, até, pedir verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Mas fizemos um acordo para que não protemos esta sessão por muito tempo, já que poucos parlamentares se ausentaram em função do acordo.

Vou aproveitar esta questão de ordem para rebater o que foi colocado pelos deputados e pela deputada Maria del Carmen também que faz parte da Bancada do

Governo. Já vi e fiz vários pronunciamentos nos últimos meses estranhando o silêncio dos presidentes dos sindicatos. Isso está registrado pela Taquigrafia. Repito, eles estariam confundindo filiação partidária do PT e do PCdoB com a representatividade que eles deviam ter das diversas categorias do servidor público.

Agora, a coisa ficou extremamente clara. A meu ver, pela primeira vez, vi um sindicato sentar para uma negociação e reduzir o que foi proposto pelo governo. Pior de tudo, há o desrespeito do Executivo para com o Legislativo que, depois de quatro meses de anúncios constantes por parte do Líder do Governo, do próprio Governador e de alguns poucos secretários, dizendo que estavam analisando para ver se iam ou não descumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu, por várias vezes, assomei à tribuna para mostrar que tinham recursos suficientes e faltava a vontade política. Agora, ficou extremamente claro. Os presidentes de sindicatos pelegos sentaram-se para prejudicar o servidor público.

Imagine, Sr^a Presidente, quem ganha um salário de R\$ 2.000,00 vai ter um reajuste ínfimo. Sabe quanto será o reajuste agora depois de esperar cinco meses? O aumento será de R\$ 40,00 reais! É brincar com o servidor público! É brincadeira com o servidor público! Quem ganha esse salário vai ter um reajuste de R\$ 40,00 reais. Vamos ver o reajuste que vem da Embasa, que já está preparando, não teve a coragem, porque a Oposição estava aqui a denunciar, como já tinha anunciado isso, o deputado Bruno Reis também da mesma forma.

É um desrespeito ao funcionalismo público. Expôs não só o Poder Legislativo, porque o governador assinou a mensagem e mandou para o Poder Legislativo depois de estudar quatro meses. Será que, em quatro meses, ele não estudou? Por que ele colocou a sua assinatura numa mensagem e agora recua?

Pior que isso! Além de desrespeitar o Poder Legislativo, desmoralizou o vice-governador, porque colocou o vice-governador, por quem tenho o maior respeito e consideração, já foi deputado, governador, colocou o caro vice-governador Otto Alencar para dar uma declaração pública, dizendo que nem os dois e meio o governo poderia dar. Se não poderia dar, por que está dando, então, essa miséria agora? Não desse nada e provasse. Não pode.

Então, ele expôs o Poder Legislativo, que sabemos que é um órgão auxiliar do governo nessa administração que aí está. Vejam, o que o governador fala, faz-se aqui na Casa, porque a bancada, aqui, é como lagartixa ou pior do que lagartixa: o que vem não se discute! Não respeita o funcionalismo público.

Onde está o sindicalista da Casa que tem mandato aqui graças à sua atuação sindical? Por que não veio aqui na tribuna para dizer que é irrisório e desmoralizador tal reajuste para uma inflação de 5.8? Isso era do ano passado. Temos cinco meses. Cadê a inflação deste ano? Vamos compatibilizar a inflação deste ano, seis meses de inflação para dar 2% retroativo, para depois vir compensar? Compensar nada! Já está no prejuízo. Pela inflação, já está corrompendo e está consumindo o salário do servidor.

Então fico muito triste. Não iria nem mais tocar neste assunto de aumento do servidor, porque os sindicalistas são pelegos, uma vez que não tiveram respeito ao

cargo que exercem. Eles deveriam, no mínimo, entregar seus cargos para a chapa de oposição que combateram com eles para chegar a esse cargo.

Quem chega, depois de seis meses, para a retroatividade para 2%, repito, para quem ganha R\$ 1.000,00, vai ganhar, apenas, R\$ 20,00 a mais! Isso é brincar com o servidor público. E da mesma forma, o governador brincou com o Poder Legislativo na hora em que ele assina, cara presidente, um documento mandando para cá dizendo que era o máximo, repito, expõe o vice-governador, expõe o Líder do governo para dizer que era o máximo que podia dar. Não podia fazer o que fez.

Mas fica a lição para os servidores públicos para saberem escolher os seus representantes, pois escolheram mal os presidentes de sindicato e estão pagando a conta. Os sindicatos vão ter de explicar em assembleia aos sindicalistas se tem mulher, filho ou se esses estão empregados, quais as benesses que estão dando para fazer esta palhaçada com o servidor público.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Atendendo à questão de ordem da deputada Kelly Magalhães, verifico haver número insuficiente para continuidade da presente sessão ordinária, motivo pelo qual dou a mesma por encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*